



ARTIGO

ESPETÁCULOS POLÍTICOS NA TELINHA

Sérgio de Sá

Da equipe do **Correio**

O que salta aos olhos no discurso político é o espetáculo. Um show. Lágrimas nos olhos, gestos exuberantes, frases de muito efeito. A senadora Heloísa Helena dispara na direção de Antonio Carlos Magalhães: "Não posso ficar refém da sua memória." A platéia vibra. A fala cansativa do senador Eduardo Suplicy atrapalha o andamento das coisas. Causa certo desconforto aos padrões de agilidade dos meios de comunicação. O senador Pedro Simon, ah, Simon é uma estrela, um ídolo. O foco de luz cai sobre ele, inevitavelmente. Não poderia ser diferente: aplausos.

Não é de hoje que a política se faz tendo em vista a mídia. E as encenações sempre fizeram parte do jogo — em todos os níveis da convivência social, diga-se. O que temos e vivemos, entretanto, é uma exacerbação de tudo isso. "Estamos na época da política espetáculo, da política por sedução, do marketing político, da mídia-política, da política show, da política encantada, da espetacularização do poder", resume o pesquisador Wilson Gomes em ensaio sobre a relação da política com a comunicação.

Vale o desempenho, a performance. Quem não se adequa se dá mal. Não será por outro motivo que vereadores de pequenas cidades do interior passaram a imitar o que viam, o que vêem na televisão. Passaram a ensaiar, efetivamente, em frente ao aparelho de tevê na tentativa de reproduzir mais tarde, na Assembleia Legislativa, o ritual. A representação tem de seguir o script à risca. Passo pra cá, passo pra lá. Papum. E vamos que vamos.

Durante a ditadura militar, a política foi proibida de circular livremente, lembra Antonio Albino Canelas Rubim, autor de *Mídia e Política no Brasil*. Na situação pós-ditadura militar, depois de 1985, o papo é outro. A política caminha com mais (e não toda) liberdade pelos meios de comunicação. Começa uma relação mais intensa com a encenação. O processo eleitoral muda completamente. A política sai da rua e vai para a tela. Fernando Collor é o exemplo mais gritante do teatro armado em torno da mídia.

Não que a política abandone a rua de vez. Não. As formas tradicionais de fazer política (e discursar) continuam a existir. Mas a onipresença da mídia transforma as estratégias do palanque, do comício, do corpo-a-corpo, do aperto de mão. Tudo é redefinido pelos meios de comunicação. Se fazer política é reconhecer que existem adversários, um dos maiores "adversários" hoje é a dimensão pública dada pela mídia. A "cultura" por ela engendrada toma conta de um pouco de tudo.

Mudança relativamente recente (para fazer coro com ACM, no relativamente) e bastante significativa é a chegada das tevês por assinatura. E, na cola delas, o desembarque das câmeras das emissoras públicas, que transmitem sem interrupção o que se passa em plenário e, eventualmente, o que ocorre nas sessões mais "privadas". Assim, o que ocorre? A dimensão pública oferecida pela TV Senado, por exemplo, é inigualável a outro período histórico.

Existe um sentido democrático nisso tudo? Há quem aposte que sim. Ainda que a tevê a cabo não seja aberta (ops) para todos. De qualquer forma, o maior número de transmissões abre a possibilidade para que mais pessoas vejam o que acontece no

Congresso Nacional, nosso principal exemplo. E se os nobres senadores sabem que estão sendo televisionados, a própria encenação muda. Os discursos, mesmo os mais corriqueiros, não são feitos apenas para os amigos parlamentares. Pouco importa se o plenário está vazio. Fala-se para o telespectador, onde quer que ele esteja. Alô, você aí. E é preciso ser compreensível, se fazer entender. Aliar o jargão parlamentar ao paladar médio da população. Porque ninguém quer falar para as paredes.

Isso faz uma diferença notável. Ainda mais, acrescenta o professor Antonio Albino, se levamos em consideração que a "fluida memória

histórica de nós brasileiros" passa a ser registrada — sempre por dispositivos extremamente ágeis, rápidos, urgentes. De fato. Além de o nível de exposição pública se tornar gigantesco, o discurso está gravado — e publicado em larga escala, como fez o **Correio Braziliense**. Mais: "Está gravado em memória social."

Assim, uma mentira contada várias vezes não será mais necessariamente transformada em verdade, se o alcance do que está sendo dito não é mais controlável. A invenção corre o sério risco de ser desmascarada. Foi o que aconteceu com o senador José Roberto Arruda. Regina Célia Peres



Ilustração: Ricardo Lima

Borges foi convincente. Mobilizou a opinião pública. Feito a sete chaves, certamente o depoimento da servidora pública não teria tido a repercussão que teve, por mais "verdadeiro" que fosse. Levado a público, teve outro destino.

O "receptor" deve, então, ser levado em conta. Não se sabe mais com precisão quem está do outro lado. Para quem estou falando? E é preciso falar a todos. No recente e presente escândalo, pôde-se perceber uma intensa interferência/participação dos eleitores-telespectadores. Que ligaram para gabinetes para sugerir perguntas aos senadores do Conselho de Ética, que sacaram falhas nas explicações de Arruda, ACM e Regina Borges. A página da TV Senado na Internet, de uma média de 500 acessos por dia, alcançou três mil participações de internautas no dia do depoimento de ACM.

O discurso político em dia com o mundo contemporâneo aprende a seduzir nos mesmos moldes da publicidade. Mantém todo mundo ligado. Pretende conquistar — pelo riso, pela comoção. Se optar por outro caminho, estará indo contra a corrente. Wilson Gomes ensina ainda que existe uma "lógica" na cultura contemporânea subdividida em duas noções: entretenimento e ruptura.

O primeiro caso é fácil de explicitar: a política não pode ser chata, não pode encher o saco ao ponto de querermos mudar de canal (metaforicamente ou não). A "ruptura" é o elemento surpresa, é aquela informação inédita que captura a atenção. Se Arruda faz um discurso sem novidades, ninguém vai querer assistir. Onde está a diversão? O telespectador pede um tempo, igual a time de basquete, e vai tomar água, para refrescar.

A política não é, portanto, feita só de palavras. Ora, no primeiro discurso — o que foi declarado como mentiroso —, o senador José Roberto Arruda se preocupou em armar o cenário. (Recordou-se em seguida que ele é capaz de chorar em diversas ocasiões, gosta de atuar — um aprendiz caseiro, certamente). Foi enfático, representou bem o papel que lhe havia sido conferido. Para persuadir e dar credibilidade ao que diz, o político não usa só os argumentos, mas apela à dramaticidade.

No segundo discurso, o senador preparou boas estratégias. Afinal, o povo brasileiro adora o arrependimento. Coitado. É preciso perdoar. O drama (dessa vez bem real) para o próprio Arruda foi as emissoras de televisão terem colocado as imagens das duas ocasiões uma atrás da outra. Se algum telespectador havia esquecido do discurso da defesa, "foi lembrado" na hora. Apareceu com nitidez o senador-ator canastrão. A veemência dos dois Arrudas era parecida. Já já era tarde demais. A dúvida estava instalada. "Não importa o que ele estava dizendo. Havia uma contradição clara", explica Antonio Albino. A repercussão foi arrasadora. As imagens da contraposição, muito fortes. Como discursos dão visibilidade pública e ajudam a construir imagens, os prejuízos podem ser sérios.

Assim, o espetáculo político está estreitamente atrelado à montagem, à edição. A longa falação de três horas valerá pelos 30 segundos eleitos para aparecer no Jornal Nacional. Ou pela frase escolhida para virar manchete. Terá valor também em função das imagens escolhidas mesmo numa transmissão ao vivo. Enquanto Heloísa Helena vocifera, a senadora Marina Silva se comove e chora. E o discurso de Heloísa Helena ganha força. O apelo é muito grande. O embate político não é e não pode ser racional.

A transmissão ao vivo das sessões do Conselho de Ética do Senado deixam evidente um aumento na necessidade de encenação, na mesma proporção da transparência conferida pelos meios de comunicação à esfera política. Quando a tevê transmite a sessão do Conselho de Ética, está quebrando ainda mais os limites entre o que está dentro do Senado e o que está fora. Essa fronteira fica borrada. O Senado está dentro de nossas casas. O grau de encenação tem de ser maior para esconder algo maior. As habilidades teatrais têm de ter o tamanho da mentira. Cresce a chance de que o segredo seja descoberto. Aumenta a necessidade de que senadores digam a verdade. Porque pode pegar mal depois. O nariz pode crescer de uma hora pra outra.

Há críticas a essa exposição excessiva. Os políticos passam a jogar para a platéia. Brigam por espaço na mídia. Querem aparecer. Mas não é melhor assim do que se eles jogassem apenas para seus pares, escondidinhos? Essa exposição pública pode ser uma forma de vigiar não apenas o que se diz, mas também o que se faz. A execração pública é uma maneira de punir quem fala mais ou menos que a boca, quem morde a própria língua. O espetáculo não é mau em si.